

Nós não vamos ficar, agora, aqui fazendo esse debate que não vem ao caso. O senhor já apresentou seus esclarecimentos, mas custa a crer que um profissional do mundo jurídico não tivesse o zelo pela sua trajetória profissional. É isso que estou colocando. Agradecendo a sua presença, os seus esclarecimentos. Querida pedir que o senhor se desconsentasse para que pudéssemos continuar.

Muitíssimo obrigada.
O SR. MARCÚS - Estou à disposição da Comissão para o que precisar.

Muito obrigada.
A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Muito obrigada, mais uma vez.

Só fazer algumas colocações. Não sei se o Deputado Márcio Pacheco está, Deputado Flávio Serafini. Querida colocar em votação algumas ponderações.

A primeira foi até trazida pelo Deputado Luiz Paulo. No final de semana uma matéria da Revista *Veja* exatamente do jornalista Guilherme Amado, que faz uma matéria dizendo o seguinte...

O SR. LUIZ PAULO - Da *Época*.
A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - ... da *Época*. Obrigada. Dizendo o seguinte: uma pessoa que é muito próxima ao governador, que seria o Sr. Ramon Neves, que teria conhecido o Governador em momentos aí de estudo - um tem mestrado o outro tem doutorado - e ele afirma que a Dra. Mariana Scardua, que é próxima ao Dr. Ramon Neves, teria alertado a ele o que acontecia na Secretaria de Saúde, e que ele, Ramon Neves, teria alertado o governador. Para surpresa dele, a Dra. Mariana acabou sendo exonerada.

Então, eu gostaria de colocar em votação a oitiva desse Advogado Ramon Neves, que é objeto dessa matéria da Revista *Época*.

A segunda...
O SR. LUIZ PAULO - Deputada, ele é Subsecretário de Desenvolvimento Rural da Secretaria de Estado de Agricultura.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Obrigada, Deputado Luiz Paulo, que me corrigiu.

A segunda colocação é ouvir também o Bruno Kopke, que é o Diretor Médico. Parece-me relevante uma pessoa que é Diretor Médico da UNIR que acompanha a UNIR, que estava na UNIR no processo de desqualificação e de habilitação, que tenha feito a doação de R\$75 mil para a campanha do governador Wilson Witzel.

Por mais que o deputado Renan Ferreirinha - e eu concordo com ele - tenha algumas questões esquisitas nessa nova Organização Social, mas eu quero me valer da fala do Dr. Marcus Velhote quando ele nos lembra da permanência do Bruno Kopke à frente da UNIR.

Também já foram deliberadas as oitivas de Mário Peixoto e de Vinícius Peixoto.

Querida trazer, foi um pedido da deputada Enfermeira Rejane, do deputado Luiz Paulo e da deputada Lucinha: a primeira é José Luiz Rodrigues e Luiz Carlos Costa. A deputada Lucinha falou de Ana Cristina Costa, que é diretora jurídica. Eu estou acrescentando Lisle Raquel Carvalho, que responde por improbidade administrativa e que é a pessoa que teria ligado, foi apontada pelo Dr. Marcus Velhote como aquela que falou na escuta traduzida pelo deputado Renan Ferreirinha.

Quero concordar com o Deputado Jorge Felipe que é no mínimo esquisito, estranho, que o Dr. Marcus Velhote faça parte como sócio de uma Organização, num escritório, uma Organização Social de um hospital que, ainda que não seja do município ou do Estado do Rio de Janeiro, mas é fato que aparece a sua presença como sócio administrador numa sociedade.

Quer fazer alguma contribuição, Deputado Jorge Felipe?
O SR. JORGE FELIPE NETO - Só para deixar claro que ele figura como sócio ou administrador, ou ambos, enfim, do Instituto UNIR Saúde até o presente momento, pelos dados públicos. Esses dados na Internet são dados linkados com o Serasa. Esse instituto tem uma sala no Maranhão, exatamente no mesmo endereço do hospital em que ele disse ter relação com o Instituto UNIR Saúde, mas que formalmente não se cruzam.

É uma situação que a gente tem que entender quem é que está por trás dessas duas instituições agora. Há possibilidade grande de ter sido usado como um sócio apenas figurativo, um laranja nessa história.

Eu acho que é válido chamarmos o Maurício Rodrigues em determinado momento, para entendermos como são essas dinâmicas. Vai que é outro Diretor Executivo que nada faz e nada fala?

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Então, vamos deixar decidido: Jorge Luiz Rodrigues, Luiz Cláudio Costa, Bruno Kopke, Ramon Neves, Leli Raquel Carvalho, Ana Cristina Costa e Maurício Rodrigues.

Foi isso, Deputado Jorge Felipe Neto?
O SR. JORGE FELIPE NETO - Isso, Presidente.
A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Deputado Renan, quer fazer alguma contribuição?

O SR. RENAN FERREIRINHA - Não, presidente. Eu fiquei na dúvida, mas a senhora mencionou Luiz Cláudio Costa, o Posto Ipiranga da UNIR, mas foi confirmado.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Então, vamos lá. Como vota o deputado Renan Ferreirinha?

O SR. RENAN FERREIRINHA - Voto favorável, presidente.
A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Deputado Luiz Paulo?

O SR. LUIZ PAULO - Concordo com todas as convocações propostas.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Deputado Doutor Deodalto?

O SR. DOUTOR DEODALTO - Concordo com as propostas. Favorável.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Deputado Pedro Ricardo?

O SR. PEDRO RICARDO - Favorável, presidente.
A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Deputada Lucinha?
A SRA. LUCINHA - Concordo com todas as propostas.
A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Deputada Enfermeira Rejane?

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Voto favorável às propostas.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Deputado Flávio Serafini?

O SR. FLÁVIO SERAFINI - Voto favorável, presidente.
A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Martha Rocha, favorável.

Aprovado por unanimidade. Lembramos que na próxima quarta-feira ouviremos o representante legal da OZZ, que é a empresa envolvida na questão do SAMU.

Eu queria pedir que, depois do relator, eu vou abrir imediatamente para a deputada Enfermeira Rejane, que tem se destacado no acompanhamento desse contrato.

Deputado Renan Ferreirinha.
O SR. RENAN FERREIRINHA - Presidente Martha Rocha, apenas uma atitude de aviso para os demais membros da Comissão, já falei com V.Exa., estamos trabalhando na relatoria em dois relatórios parciais, parecidos com o que nós fizemos sobre os hospitais de campanha, um sobre a labas, levando em consideração já a oitiva também sobre os documentos, e um também sobre a UNIR. São as duas próximas entregas parciais que nós estamos fazendo. Obviamente, o produto final da Comissão, o Relatório Final, para aprovar. Mas nós também estamos querendo fazer essas entregas parciais, para que possamos estar aí entendendo à medida que a Comissão for avançando. Então, nós estamos trabalhando para nessa semana já consigamos ter pelo menos um desses sendo enviado para todos os membros.

Então, só a título de aviso para os demais membros da Comissão, o que que a Relatoria tem focado, agora, no sentido de produção, de tudo o que a gente tem recebido. É muita informação, para que a gente não se perca e consiga avançar.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Deputado Dr. Deodalto, quer fazer alguma observação? Só um instantinho, por favor.

O DR. DEODALTO - Não.
A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Não? Deputado Jorge Felipe Neto.

O SR. JORGE FELIPE NETO - Só para consignar o meu voto plenamente favorável às convocações, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Eu não lhe chamei? Mil perdões.

O SR. JORGE FELIPE NETO - Não tem problema.
A SRA. PRESIDENTE (Martha Rocha) - Mil perdões.
Agradecendo a presença dos servidores do TCE que sempre nos acompanham, indago dos Srs. Deputados se desejam fazer mais alguma observação? Não?

Então, nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e todas, declaro encerrada a presente reunião.
Uma boa-tarde a todos.

COMISSÃO DE SANEAMENTO AMBIENTAL

ATA DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos três dias de março de dois mil e vinte, às dez horas e trinta minutos, na sala trezentos e dezesseis do Palácio Tiradentes, sede do Poder Legislativo do Estado do Rio de Janeiro, reuniu-se a Comissão de Saneamento Ambiental, sob a Presidência do Senhor Deputado Gustavo Schmidt, e com a presença dos Senhores Deputados Carlo Caiado, membro desta comissão técnica, Luiz Paulo, Jair Bittencourt e Capitão Nelson, para a realização da primeira Audiência Pública, conforme Edital publicado, com a seguinte ordem do dia: Explicação do Relatório de Estado de Ambiente e Sustentabilidade, acerca dos planos, programas e projetos na área do saneamento no Estado do Rio de Janeiro. Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e teceu suas considerações a respeito da recente crise hídrica que se abateu no Estado, situação que intensificou o foco às graves questões do saneamento básico, esclarecendo que o propósito desta reunião, ao ouvir os representantes institucionais, deve ser o de "buscar entender o que existe de planejamento para investir, quais são os termos de compromisso já assinados e firmar compromisso entre os órgãos, para que a população nunca mais passe por enormes transtornos como a gente viu passar desde o início do ano. O objetivo principal é que todos os segmentos que possam investir em saneamento o façam de forma coerente, comprometida e correta, absorvendo e utilizando, da melhor forma, os recursos para que, de fato, a população seja a principal beneficiada". Dito isso, passou a palavra ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade, Deputado Federal Altineu Cortes, para sua explicação, a qual iniciou falando da sua satisfação em se encontrar novamente na Alerj, onde exerceu mandato de deputado estadual, e passou, em seguida, a apresentar o corpo técnico da Secretaria de Estado, integrantes de sua comitiva, participantes deste debate, os senhores: Diane Rangel, subsecretária de Recursos Hídricos; Claudino Espírito Santo, engenheiro, coordenador do Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara, PSAM; Sérgio Henrique Silva, UEPSAM, responsável pelas obras desse projeto; Antônio Marcos Barreto, subsecretário, e Hélio Vandelei Coelho Filho, diretor de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental do Inea. Ato contínuo, passou a relatar as atividades desenvolvidas desde que assumiu a pasta, em dezembro de 2019, bem como a apresentar os projetos e ações previstas, ressaltando, entre outros pontos, ações visando à redução da burocracia no licenciamento ambiental, e consequente agilização dos processos, fazendo citação às parcerias estabelecidas com as universidades; os esforços junto aos municípios para efetivação dos sistemas de coleta seletiva como estabelece a legislação; a questão da recuperação das centrais de tratamento e destinação de resíduos sólidos no estado, destacando a situação precária de várias regiões, como a região Noroeste do estado, onde não se tem uma destinação adequada para os resíduos, com agravamento das recorrentes inundações; um plano de metas de investimento na logística reversa, com ato declaratório de embalagens, em parceria com a associação de supermercados; e a elaboração dos planos municipais de saneamento e de resíduos sólidos; informou que foram aplicados mais de sessenta milhões repassados aos comitês do Fundo Estadual de Recursos Hídricos; enfatizou os limites de competências de formulação das políticas de saneamento e de sua execução, lembrando que a Cedeae não se encontra abaixo da secretaria no organograma do estado, e concluindo, franqueou aos presentes os canais de interação com a secretaria, para discussões de projetos, sugestões e críticas. Ao término da explicação do Senhor Secretário, o Senhor Presidente, Deputado Gustavo Schmidt, agradeceu a presença dos atores Maitê Proença, Mateus Solano e Malu Mader, como representantes da cultura brasileira e na defesa do saneamento, após o que abriu a palavra aos demais presentes, instalando-se um profícuo e esclarecedor debate, do qual fizeram uso da palavra, na ordem seguinte, os senhores: Claudino E. Santo, que fez a apresentação do Psam; Deputado Carlo Caiado, que apresentou questões ligadas às políticas de despoluição do sistema lagunar de Barra, Recreio e Jacarepaguá, demonstrando sua preocupação e sugerindo a formação de uma força-tarefa para o enfrentamento desses problemas; o Deputado Gustavo Schmidt, que acrescentou a necessidade de resgate das lagoas de Niterói, de Piratininga, de Itaipu, e da desobstrução do túnel do Tibau; Subsecretária Diane Rangel, que prestou diversos esclarecimentos; Deputado Luiz Paulo, que atentou para a previsibilidade dos graves problemas, verdadeiras tragédias, que se repetem anualmente nas diversas regiões do estado, decorrentes das chuvas de verão e questionou a ausência de medidas preventivas, considerando-se que as causas são sempre as mesmas e conhecidas, atentando para a importância do planejamento estratégico que vise à efetividade da aplicação dos recursos, referindo-se ao Fundrhi e ao Fecam. O Senhor Presidente, então, retorna a ideia da formação de força-tarefa, integrando a Comissão de Saneamento, deputados interessados da Alerj, Ministério Público e Secretaria de Estado do Ambiente, com o objetivo de levantar os projetos referidos visando a apropriada aplicação desses recursos, "de forma contundente e efetiva, que a gente de fato tenha um resultado positivo, tanto do Fundrhi, do Fecam, e que faça valer a pena, para quem é o maior interessado, que é a nossa população". Na sequência, fizeram uso da palavra os Senhores: Deputado Jair Bittencourt; Deputado Capitão Nelson; Promotor de Justiça José Alexandre Maximino Mota, Coordenador do Gaema; Isabelle de Loys, do SOS Lagoas; Maitê Proença; Daniel Marques, coordenador da Cosan; Antônio Marcos Barreto, subsecretário; Cristina Queiroga, do SOS Lagoas; Dr. André Dicuste, do MPRJ; Mateus Solano da Cunha; Ary Girota, da Cedeae; Anna Beatriz Meirelles, estagiária do MPRJ; José Arnaldo Oliveira, da Prefeitura de Nova Iguaçu, e Paulo de Tarso Pimenta, da Diretoria Geral do Comitê Gandu. Em seguida, fizeram suas considerações finais o Senhor Secretário Altineu Cortes e o Senhor Presidente, que, em razão da relevância e teor das falas apresentadas, determinou que fossem solicitadas as transcrições oficiais do presente debate ao Departamento de Taquigrafia da Alerj, para que passem a fazer parte integrante desta Ata, e sejam publicadas na íntegra, além de permanecerem disponíveis à consulta, na secretaria desta Comissão. Nada mais havendo a tratar, e não havendo mais oradores inscritos, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente audiência pública, da qual, para constar, eu, Lina Paula Costa Carneiro, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelo Senhor Presidente. Sala das Comissões, três de março de dois mil e vinte. Lina Paula Costa Carneiro; Secretária, matrícula 200.932-2. Deputado Gustavo Schmidt, Presidente.

(Notas taquigráficas)

O SR. PRESIDENTE (Gustavo Schmidt) - Bom-dia a todos. Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, muito bom dia. Às 10h30min do dia 3 de março de 2020, declaro abertos os trabalhos da 1ª audiência pública da Comissão de Saneamento Ambiental, com a seguinte ordem do dia: explicação do excelentíssimo sr. secretário de estado de ambiente e sustentabilidade, Altineu Cortes, acerca dos planos, programas e projetos na área do saneamento no Estado do Rio de Janeiro. Quero aqui agradecer a presença de todas as auto-

ridades, em nome do ilustríssimo secretário, deputado federal, meu amigo, Altineu Cortes. Quero agradecer também a presença do nobre deputado Capitão Nelson e demais autoridades aqui presentes. Gostaria de falar um pouco, antes de passar a palavra para o nosso secretário, que em decorrência de toda essa problemática que a gente teve na água, ao longo do início desse ano, a gente teve o foco de luz voltado para o saneamento básico. Eu, como deputado, primeiro mandato aqui nesta Casa, minha pauta principal é saneamento básico. Eu venho de uma família que tem... O meu pai é cedaeano, meu avô é outro cedaeano, meu tio, Edgar Faquer, que foi presidente da Sanerj também, cedaeano, então está na minha veia o saneamento. E muito me orgulha estar dentro desta Casa lutando por esse segmento que eu acho que é tão importante para a sociedade fluminense e que literalmente está ligado diretamente à vida de cada um.

Para além das obrigações contratuais das concessionárias privadas, de operações de sistemas de saneamento, temos como possibilidade de investimentos recursos da Cedeae, as fontes diretas dos Executivos estadual e municipal, como também os Fundos de Conservação Ambiental de Recursos Hídricos, Câmara de Compensação Ambiental, entre outros. Hoje eu tenho certeza de que nós vamos ouvir um pouquinho dos representantes do Ministério Público, do Executivo, do Comitê de Bacia e buscar entender o que existe de planejamento para investir, quais são os termos de compromisso já assinados e firmar compromisso entre os órgãos para que a população nunca mais passe por enormes transtornos como a gente viu passar desde o início do ano. O objetivo principal é que todos os segmentos que possam investir em saneamento o façam de forma coerente, comprometida e correta, absorvendo e utilizando da melhor forma os recursos para que, de fato, a população seja a principal beneficiada.

Gostaria de passar, então, a palavra agora para o nosso ilustríssimo secretário de estado do ambiente, sr. Altineu Cortes.

O SR. ALTINEU CORTES - Bom-dia a todos. Quero cumprimentar o deputado Gustavo Schmidt, agradecer pela oportunidade dessa audiência pública para a gente debater esse tema tão importante e que nos assola aqui no Estado do Rio de Janeiro. Cumprimentar os deputados aqui presentes, Capitão Nelson, deputado Caiado, deputado Jair Bittencourt. Quero cumprimentar, em nome do Ministério Público, o dr. José Alexandre. Cumprimentar aqui a sociedade civil aqui representada, o secretário Ormindio, secretário de estado. Os membros aqui. Nós trouxemos um corpo técnico da secretaria que pode também participar desse debate importante. Está aqui a nossa subsecretária de recursos hídricos, a Diane; o Claudino, responsável por um programa importantíssimo que está sendo executado de saneamento e que às vezes as pessoas não têm esse conhecimento. Representa a nossa secretaria o Claudino. Uma larga experiência, engenheiro, mais de quarenta anos. Trouxe o Sérgio, que é responsável pelas obras desse projeto. Temos aí também o Antônio Marcos, subsecretário; o Hélio, diretor do Inea, diretor de recursos hídricos. Eu gostaria de pedir ao pessoal... Primeiro dizer que eu estou muito honrado de voltar aqui à Alerj. Eu, que fui deputado estadual, participei de muitos debates aqui nesta sala, neste plenário. Se pudesse... Não sei o pessoal da secretaria... Bruno vê se consegue algumas cadeiras para o pessoal que está aqui, ainda de pé, ter um melhor assento. Se a gente pudesse conseguir umas cadeiras para o pessoal poder sentar, para poder participar com mais tranquilidade da nossa reunião.

Deputado Gustavo, eu vou fazer, a princípio, um breve comentário. A gente assumiu essa missão, dada pelo governador Witzel, de estar à frente da Secretaria de Ambiente e de Sustentabilidade, a partir do final de dezembro agora. Fizemos um diagnóstico da secretaria. E essa audiência pública é para tratar da questão do saneamento ambiental. Mas eu gostaria aqui de, em poucos minutos, citar algumas outras situações que são importantes para o desenvolvimento do nosso estado. Na Secretaria Estadual de Ambiente e Sustentabilidade, nós estamos trabalhando integrando as políticas do meio ambiente, de recursos hídricos, de educação ambiental - depois eu vou voltar nesse ponto da educação ambiental - e acho que esse é um ponto que a gente deveria debater aqui hoje fortemente: educação ambiental. Na execução das políticas, e essas políticas são executadas pelo Inea, pelo nosso Instituto Estadual do Ambiente. Essas ações são compartilhadas, e a gente está buscando alguns resultados. Vou falar aqui de um tema, que é a redução da burocracia no licenciamento ambiental. A gente hoje tem problemas gravíssimos de licenciamento ambiental, que a gente, através da determinação do governador, assim que a gente levou o diagnóstico. Você imagina que hoje, se você quiser fazer uma obra de saneamento ambiental para o próprio estado, você tem uma demora no licenciamento. Num empreendimento privado, por exemplo, investimentos que vão gerar não só empregos, mas como impostos para o estado, a gente tem uma demora nesses licenciamentos. E a gente está mexendo, por determinação do governador Witzel, fazendo um acordo com a Universidade, com a Uerj e com a Ufrj, e aumentando o corpo técnico para que a gente possa ter agilidade nas nossas ações. Hoje, se uma empresa quer se instalar no estado e depende de um licenciamento, esse licenciamento é moroso. Eu ouvi, quando cheguei à secretaria, de alguns empresários, as palavras de... Um deles me disse: "Dá vontade de desistir do Rio." Falei: "Não faz isso não. Qual é o problema?" "O problema é que essa licença está demorando, assim, assim, assim, assim." E, quando eu chamei os técnicos que são um corpo técnico valioso, pessoas que estão ali trabalhando no seu dia a dia, perguntei: "Vem cá, amigo. Qual o problema?" "Nós não temos braço para licenciar os empreendimentos no estado." Assim como as obras de saneamento, porque, se o estado tem que fazer uma obra de saneamento, essa obra tem que ter uma licença. Nós vamos falar sobre algumas obras de saneamento aqui, importantíssimas. Todas elas têm também um processo de licenciamento. Então, nós, em primeiro lugar, o que tem a ver também com o saneamento ambiental, de ações que a gente precisa fazer, não só, por exemplo, ações que são feitas pela Cedeae demandam licenciamento ambiental. Então, a gente meteu o dedo na ferida do licenciamento ambiental aumentando, através de parcerias com as universidades - nesse caso, principalmente a Uerj... Parece-me que a Ufrj nessa questão, dessa formação dessa mão de obra técnica, não está participando. A Ufrj está participando de um outro assunto. Nós estamos atacando violentamente essa questão do licenciamento ambiental para aumentar a nossa agilidade. Para vocês terem uma ideia, só para fazer um comentário aqui, tinha uma empresa, um empreendedor que estava propondo uma termelétrica, um investimento numa termelétrica no estado. Essa termelétrica geraria de imposto para o estado quatrocentos milhões de reais por ano; e o estado, com todas as dificuldades que a gente tem. E uma licença que vinha numa morosidade violenta. E praticamente ali tudo resolvido. E não se resolvia. E os prazos são assim: se você não conceder a licença agora, só pode participar do leilão, do governo federal, do leilão para fornecimento de energia elétrica... Se você, por exemplo, não resolvesse em janeiro, você não pega o leilão de abril, só pega o de setembro. Isso vai de um ano para o outro. Então, são números grandes, às vezes pequenos empreendimentos que tocam uma vida de uma pessoa. Então, são desde uma outorga até uma termelétrica... A gente... E os licenciamentos das obras necessárias... A gente está metendo a mão nesse assunto violentamente e já está dando resultado. Nós estamos avançando na coleta seletiva. Implantamos a coleta seletiva nos municípios. Isso, que já era uma situação definida em lei, não vinha sendo executado. Então, nós estamos cobrando dos municípios as suas execuções. Coisas simples. Nós fomos verificar a quantidade de leis que existem no Brasil. Aqui no Estado do Rio de Janeiro ou no governo federal... Eu fui deputado estadual. Hoje estou secretário, mas sou deputado federal. Uma quantidade de legislação enorme. E as pessoas não cumprem a legislação. Essas legislações não são efetivadas. Então, a coleta seletiva... Por exemplo, existem diversas legislações que tratam sobre esse assunto, mas efetivamente as pessoas não cumprem e não executam essas ações. A gente tem cobrado na secretaria para que essas ações sejam executadas.

Outro problema grave - e essas ações aqui o Ministério Público faz um papel fundamental em estar acompanhando e cobrando, não só a secretaria quanto o Inea - é a questão da recuperação das centrais de tratamento e destinação de resíduos sólidos no estado. Nós tínhamos uma situação bastante grave. Digo hoje que existe ainda alguns problemas crônicos, como, por exemplo, a destinação do